

Alan Warde. *The practice of eating*. Cambridge, Polity, 2015, 203 pp.

Maycon NoreMBERG Schubert

Doutorando em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em regime de cotutela com a Universidad de Oviedo (Uniovi).

E-mail: maycon.schubert@gmail.com.

A sociologia da alimentação surge, de forma organizada, a partir dos anos de 1980 como um subcampo da sociologia. Os precursores desse debate foram autores mais atrelados à antropologia. Entre estes estão, principalmente, Lévi-Strauss (2011) e Mary Douglas (2010), ambos estruturalistas, cujo foco são os significados simbólicos em torno do ato de comer. Autores com olhares na área de história também contribuíram para a formação desse subcampo, como Norbert Elias (1995) e Stephen Mennell (1985), com foco na formação dos hábitos alimentares por meio do processo de emulação, transmissão e evolução das normas sociais. Porém, autores mais contemporâneos foram fundamentais nesse processo, como Pierre Bourdieu (2011), com uma reflexão sobre a formação do “gosto” e sua influência no processo de diferenciação entre classes sociais pelo acúmulo de capitais, Anne Murcott (1983), sob uma perspectiva feminista, e Claude Fischler (1995), com a tese de desestruturação do sistema alimentar moderno, por meio do fenômeno da *gastroanomia*. O próprio autor aqui resenhado, Alan Warde, pode ser associado a essas abordagens mais contemporâneas, abordando as práticas sociais como unidade de análise fundamental para se compreender o ato de comer.

No Brasil a sociologia da alimentação é um subcampo de conhecimento ainda mais recente, influenciado por esses autores. Trabalhos empíricos de Livia Barbosa (2007) têm aberto uma perspectiva importante para esse processo, a partir da realidade brasileira, tendo como eixo de debate a

formação de ideologias alimentares e tendências de consumo. Também autores como Portilho (2005), com base em uma visão política do consumo, bem como Guivant (2010), ao estudar as novas práticas alimentares em mercados globais, contribuem nesse sentido.

É possível perceber a dificuldade na delimitação desse subcampo do conhecimento, fato que será problematizado mais à frente. Nesse sentido, o livro aqui resenhado busca contribuir com uma nova abordagem para os estudos alimentares, ou mesmo para a própria área de conhecimento sob a qual se assenta a sociologia da alimentação.

Alan Warde, professor da Universidade de Manchester e pesquisador no Sustainable Consumption Institute (SCI), apresenta nesse livro uma reflexão sobre a teoria das práticas, aplicada ao campo de estudos sobre consumo alimentar. Esse autor tem trilhado esse caminho por mais de dez anos, desde que escreveu seu primeiro artigo sobre o tema, “Consumption and theories of practice” (Warde, 2005).

O principal desafio posto pelo autor nesse livro é elucidar a definição do comer como um fenômeno social objetivado cientificamente e passível de ser compreendido por meio da teoria das práticas. Para tanto, os objetivos gerais do livro são dois: (1) explorar o quanto é possível avançar nesse debate sem o uso dos conceitos tradicionalmente aplicados pelas abordagens culturalista e da economia neoclássica; e (2) demonstrar os benefícios que a teoria das práticas pode oferecer ao subcampo da sociologia da alimentação.

Em relação ao primeiro objetivo geral, a teoria das práticas difere da abordagem do “consumidor soberano”, dando ênfase às rotinas sobre as ações – fluidez e sequência sobre os atos discretos –, bem como às disposições sobre as decisões e à consciência prática sobre a deliberação. Já com relação à análise cultural, a teoria das práticas presta mais atenção ao fazer sobre o pensar, ao material sobre o simbólico e à competência prática incorporada sobre a virtuosa

expressividade da apresentação *fashion do self* (Warde, 2005). Nesse sentido, a ambição do autor é indicar como uma análise particular, de uma prática complexa como é o comer, pode ser aprimorada por essa abordagem teórica, resolvendo algumas “charadas” e propondo alguns caminhos para analisar outras práticas sociais.

Com respeito ao segundo objetivo, o autor apresenta uma particularidade dessa teoria aplicada ao subcampo da sociologia da alimentação, cunhando o conceito de “práticas compostas”. Este presta atenção aos diferentes níveis de coordenação e regulação, pois o comer é formado a partir da articulação de diferentes práticas, incluindo muitas ao longo da cadeia de suprimentos: a preparação da comida – tanto em âmbito doméstico como em âmbito industrial – e a organização do momento em que a comida é de fato consumida. Desse modo, as performances estão sujeitas às interseções liminares de um conjunto relativamente autônomo de práticas integrativas.

Assim, é possível perceber que o autor assume o desafio de “pavimentar” um novo caminho teórico em relação aos estudos sobre o consumo de alimentos, especialmente ligados ao comer. Propõe-se a avançar no conceito de “ação”, que é pouco discutido nas abordagens *culturalistas* e instrumentalmente superestimado nas abordagens da *escolha racional*. Destarte, questões como estrutura de classe, tecnologia, objetos, instituições, consumo ordinário e inconspícuo, rotina, repetição, hábitos, contexto social (ambiente) e disposição são postos em evidência ao longo do livro e serão apresentados e debatidos de forma crítica nesta resenha.

O livro está dividido em três partes. Os capítulos 2, 3 e 4 compõem a primeira, em que Alan Warde faz uma revisão sobre as pesquisas de outros autores, introduz a teoria das práticas e constrói o comer como um objeto científico. Os capítulos 5, 6 e 7 constituem a segunda, em que o autor reflete sobre os principais conceitos teóricos utilizados para analisar o comer como uma prática, além de apresen-

tar desafios importantes, principalmente ao explicar de que maneira a “repetição” e a “rotina” podem ser justamente representadas dentro das fronteiras de análises dessa abordagem. Por fim, a terceira e última parte abarca o capítulo 8, que traz uma síntese do que foi debatido ao longo do livro, com uma subseção sobre o tema “comer fora”, o qual Warde tem investigado nos últimos vinte anos.

Esta resenha seguirá uma estrutura de análise como a descrita acima, ou seja, em três momentos, buscando refletir criticamente sobre os argumentos que o autor propõe, de maneira articulada aos objetivos do livro, e relacionando suas partes de tal forma que consiga transmitir uma lógica clara e objetiva ao leitor.

A primeira parte do livro apresenta um debate sobre a teoria das práticas, em sua primeira e segunda geração, a construção do comer como um fato social e a delimitação do subcampo da sociologia da alimentação no campo das ciências sociais. A discussão empreendida aqui é de suma importância para o entendimento da segunda parte, pois traz definições e reflexões relevantes, que são aplicadas a outros conceitos que buscam “adaptar” a teoria das práticas à sociologia da alimentação. Por sinal, esse processo de “inovação”, em termos de abordagens para os estudos alimentares, não se conclui nas ideias desenvolvidas pelo autor, pois algumas lacunas precisam ser preenchidas e algumas reflexões problematizadas, como se verá, principalmente, na segunda parte desta resenha.

Inicialmente o autor apresenta uma série de críticas ao conceito de “ação” em relação às abordagens *culturalistas* (*cultural turn*) e também às abordagens individualistas, racionalistas e instrumentais, advindas, principalmente, do campo da economia neoclássica. No primeiro caso, as abordagens *culturalistas*, principalmente no campo da antropologia, possuem um foco excessivo nos símbolos e na identidade, esquecendo o fato de que a maior parte do consumo é ordinária e inconspícua, ou ainda prestando pouca atenção nos objetos e nas tecnologias como forças

materiais que influenciam as práticas sociais. No segundo caso, a análise isolada das tomadas de decisões individuais do contexto social e a falta de perspectiva sequencial, cumulativa e histórica nos processos de consumo conduzem o individualismo metodológico a exagerar na deliberação e tomada de decisão do indivíduo. Assim, Alan Warde busca uma abordagem alternativa a partir da teoria das práticas, cujo alcance está nas análises sobre os processos de escolha centradas em um nível mesoanalítico, ou seja, nem no individualismo metodológico nem no holismo.

Nessa linha de raciocínio, surgem autores como Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, na década de 1970, com um debate distinto sobre o conceito de “ação”, com o entendimento de que a “fonte” de “inspiração” para agir é tanto própria do indivíduo, como coletiva, com base nas estruturas sociais que o cercam. Embora com posturas distintas do ponto de vista epistemológico, ambos os autores contribuem para o que Warde classifica neste livro como sendo a primeira geração da teoria das práticas.

Em relação a Bourdieu (2011), o principal conceito, por meio do qual é possível perceber essa abordagem emergir, é o de *habitus*. Tal conceito contempla os “esquemas de disposição” adquiridos pelas pessoas no processo de “integração” social, que lhes permite agir de um modo competente, regular e coerente, sem requerer uma direção consciente sobre suas atividades. No entanto, posteriormente, Bourdieu (1998) prioriza em seus estudos o conceito de “campos”, subordinando e reduzindo o conceito das práticas a um “jogo” de disputa por capitais entre diferentes “campos”. Com base nessa abordagem, é possível perceber, na segunda parte do livro, o conceito de “repetição”, estreitamente vinculado aos “esquemas de disposição”, manifestos a partir do “ambiente” que rodeia o indivíduo.

Em relação a Giddens (2013), o principal conceito é o de “consciência prática”, em que o agente sabe como age e por que age de determinada maneira, sem apresentar uma expressão discursiva direta. No

entanto, Giddens (1991, 2012), nos trabalhos subsequentes, atribui mais importância às condutas sociais reflexivamente monitoradas pelos agentes, deixando de lado o conceito das práticas e voltando sua atenção a uma abordagem mais próxima ao da *cultural turn*, trabalhando conceitos de agência, reflexividade e autoidentidade. A partir dessa abordagem é possível perceber, na segunda parte do livro, uma reflexão sobre a constituição da “rotina” e do “hábito”, como dois conceitos-chave para a teoria das práticas.

O autor busca trabalhar esses dois conceitos, o de *habitus* e o de “rotina”, de forma concatenada à teoria das práticas, especialmente no sentido de explicar os processos sociais que conformam as “ações”, precursoras à performance do indivíduo. Em outro artigo, Warde (2005) critica os argumentos de Bourdieu, que interpreta a disputa pelo “gosto” (capital cultural) como algo que ocorre fora das dinâmicas das práticas em si, ou seja, que a diferenciação social das práticas emerge através da classificação das estruturas de classe ao invés das próprias práticas. Mas, como será debatido em seguida nesta resenha, Alan Warde não avança no conceito de *habitus* utilizado por Bourdieu. Em relação a Giddens, Warde (2005) também apresenta diversas críticas, até mesmo nesse livro, em que discute a importância do conceito sobre rotina na operacionalização da teoria das práticas. Para Alan Warde, a reflexividade e a capacidade de agência do indivíduo são supervalorizadas em Giddens (2013). Porém, ao utilizar o conceito de rotina, apresenta poucos avanços em sua interpretação, restringindo-o ao processo de “automaticidade” das performances.

Do ponto de vista da evolução conceitual em torno da teoria das práticas, o autor apresenta Schatzki (2002) e Reckwitz (2002b) como sendo os precursores de uma segunda geração. Resumidamente, a diferença com relação à primeira geração reside no debate ontológico entre as abordagens holistas e individualistas, proclamando que o conceito de prática é uma unidade de análise fundamental,

pois é resultado tanto da ordem social como do indivíduo, sendo o espaço de conexão inteligivelmente articulado de entendimento entre ambos os níveis, micro e macro. Ou seja, a prática torna-se a unidade de análise fundamental, nem a estrutura nem o indivíduo são o foco de interpretação dos fenômenos sociais, como era percebido anteriormente entre os autores da primeira geração.

Schatzki (2002) divide o conceito entre práticas dispersas e práticas integrativas. A primeira corresponde à capacidade dos atores em seguir as regras, descrevendo-as, explicando-as e imaginando-as. A segunda é mais complexa, pois envolve conhecimento técnico, equipamento apropriado e recursos, os quais ajudam a fixar procedimentos compartilhados. Desse modo, as práticas são “organizadas” e envolvem performances individuais, mas que não podem ser reduzidas a elas mesmas em termos de explicação causal. Assim, a ligação entre o fazer e o pensar pode ser considerada uma propriedade emergente, supra-individual. Por sua vez, as práticas tendem a ser padrão, ou seja, quando as performances atingem um mínimo de grau de repetição similar, passam, nesse momento, a ser entendidas como “práticas”.

No entanto, Reckwitz (2002b), que entende a prática como uma espécie de “entidade”, semelhante ao conceito de prática integrativa, argumenta que tal fenômeno é “coordenado”, quer dizer, possui maior formalidade, sendo, muitas vezes, conduzido por um agente autorizado, que desencoraja ou regula determinadas performances.

Alan Warde parte dessas duas principais referências para então sedimentar sua reflexão a respeito do fenômeno “comer”, sem utilizar as teorias de síntese das escolas culturalistas ou individualistas.

A principal dificuldade encontrada por ele diz respeito à objetivação do comer em relação às outras práticas, pois em alguma medida há várias conexões e justaposições entre elas, interferindo umas sobre as outras. Nesse sentido, o autor sugere um conceito operacional intitulado por ele de “práticas compos-

tas”, que será problematizado em seguida, na segunda parte desta resenha.

Com relação aos dois grandes objetivos do livro, o autor, até o momento, apresenta as bases teóricas para o que pretende desenvolver em termos de abordagem alternativa às visões culturalistas e individualistas para compreender o fenômeno do comer de forma objetivada. No entanto, ainda falta dar uma perspectiva analítica ao comer, bem como delimitar o subcampo de conhecimento sob o qual esse fenômeno se torna objeto de análise, que é o da sociologia da alimentação.

A sociologia da alimentação atua na “fronteira” multidisciplinar entre dois “grandes” campos de pesquisa, quais sejam: da agricultura e da nutrição. Assim, defini-la torna-se bastante árduo, pois o foco tem sido, em geral, nas crises alimentares, relacionadas com a deficiência (má alimentação e fome), ou na abundância, que geram ansiedades nas sociedades modernas (física, moral, social, simbólica, econômica e ético-política). As abordagens costumam subordinar o consumo à produção, sob uma perspectiva mais utilitarista, sendo percebido, muitas vezes, como algo degenerativo ou economicamente perverso. Não obstante, em virtude de seu caráter multidisciplinar, há pouco interesse em produzir uma síntese teórica. Nessa perspectiva, Alan Warde contribui com suas análises ao apresentar uma abordagem teórica “alternativa”, de nível mesoanalítico, aplicada aos estudos alimentares.

O comer tem sido tratado muitas vezes como “tema” em vez de ser abordado como uma perspectiva analítica, mesmo com contribuições importantes de autores como Bourdieu, Sahlins, Ilmonen e Douglas, porém com ênfase nos aspectos culturais e/ou estruturais. O autor propõe, então, objetivar o comer sob três categorias analíticas que articulem e relacionem o consumo de alimentos, os processos corpóreos e os arranjos sociais: (1) eventos e ocasiões, que se constituem com base em três dimensões – o tempo, a localização e a companhia –, as quais, por sua vez, ge-

ram significados culturais e sociais em relação às performances do comer a partir das suas justaposições e permutações; (2) a comida, os menus e os pratos, que juntos definem o que é elegível comer, ou seja, para além de uma escolha individual, esses elementos conformam um padrão social e cultural detectável nas performances relativas ao comer; (3) “incorporação”, que envolve questões como desordens alimentares, disjunções entre hábitos pessoais enraizados com padrões sociais distintos, dietas (autodisciplina e autocontrole do corpo) e “modos à mesa”.

O autor consegue sintetizar essas categorias analíticas de tal forma que, por meio delas, se torna possível analisar as práticas do comer sob diversas dimensões, tanto culturais, como sociais e biológicas. Temas que versem sobre sociabilidade, estética, corpo, moral e gosto são passíveis de serem identificados, por meio dessas categorias, na realidade empírica. Em larga medida, as práticas em torno do comer estão sedimentadas nessas representações. Porém, algumas limitações podem ser percebidas no que diz respeito ao alcance analítico dessas categorias. Primeiro, as evoluções nos padrões alimentares são mais difíceis de serem captadas, tendo em vista que sua abrangência se limita a uma análise das práticas dos indivíduos e não das instituições. Segundo, as análises sobre os processos de emulação ou diferenciação social se tornam mais restritas, pois as classes sociais ou mesmo o exercício do “poder” são difíceis de serem observados por meio dessas categorias. Por fim, a conformação biológica do corpo aos ritmos e aos padrões sociais, sob o ponto de vista dessas categorias, está mais restrita a uma análise estética do que biocultural da realidade, como analisado por Hernández e Arnáiz (2005).

Na segunda parte do livro, o autor apresenta com mais detalhes como as práticas são formadas, reproduzidas e transmitidas e a maneira pela qual o comer se torna uma “prática composta” a partir de outras práticas integrativas. Nesse sentido, o processo de objetivação do comer torna-se uma parte importante

nas análises do autor, pois oferece sugestões e pistas sobre as performances dos indivíduos, as quais podem vir a se tornar práticas por meio do processo de “habituação” e “repetição”.

Segundo Warde, as formas por meio das quais a comunicação e a coordenação desses processos de objetivação ocorrem são duas: (1) textos em livros, audiovisuais e receitas; estes condicionam quatro dimensões importantes do comer – as regras de “etiqueta”, o gosto, a nutrição e o cozinhar, sendo que cada uma possui uma lógica própria em relação aos diferentes níveis de coordenação dos agentes e das organizações; (2) guias de restaurantes, os quais transmitem “sinais”, conformando as performances em volta do comer. Nessa linha de raciocínio, o autor frisa que a prática não é uma entidade metafísica, mas construída e moldada por interesses das partes envolvidas, como autoridades religiosas, discursos médicos e normas de “etiqueta social”. Não obstante, também contestadas, pois o processo de objetivação é considerado um processo de intermediação cultural, estando sujeito a competições dentro do campo econômico e cultural.

É possível notar nesse ponto que o autor descreve o “meio” como um importante elemento de constrição, com seus discursos e objetos materiais, limitando as performances, mas não, de todo modo, definindo-as em absoluto. Essa “margem de manobra” que o indivíduo possui é o que distancia a abordagem do autor em relação a algumas dimensões da abordagem culturalista, em que a estrutura alimentar praticamente define o indivíduo, subsumindo-o em símbolos ou pondo-o refém de sua própria história.

Porém, uma possível conexão que o autor poderia ter realizado, com base nesse argumento, é com a contribuição da abordagem sobre cultura material, principalmente se valendo dos escritos de Miller (2011; 2013), que destaca, em seus livros *Teoria das compras e Treços, troços e coisas*, respectivamente, o ganho de significado que um determinado objeto adquire a partir da sua capacidade de objetivação dos valores sociais

e pessoais. No caso em questão poderia ser a própria comida o objeto e o ato de comer a prática. Alan Warde aponta essa leitura culturalista mais “alternativa”, citando o próprio Daniel Miller, porém não o utiliza em suas análises ao longo do livro. Tal abordagem traria uma importante contribuição na interpretação sobre as práticas do comer, pois tem como epicentro o ato de compra em si, translocando o eixo das análises dos sujeitos para as transações e os objetos.

Retomando o debate sobre as práticas integrativas, elemento-chave da teoria, geralmente é possível percebê-las escritas e formalmente organizadas com o intuito de serem promovidas, divulgadas e ensinadas. Contudo, esse processo é mais fraco em relação à prática do comer do que em outras práticas (como, por exemplo, o ato de conduzir veículos), pois, em geral, funcionam mais de forma discricionária do que autoritária nesse “campo”. Todavia, segundo o autor, a institucionalização dessas práticas ocorre quando se presume que elas, além de formalizadas, possuem um padrão de repetição entre os agentes sociais. Assim, esse processo engendra mecanismos que oferecem uma garantia generalizada de *feedback* entre os praticantes. Por definição seria “uma tipificação recíproca de ações habituais as quais configuram procedimentos padrões de conduta” (p. 95), que assumem, em si mesmos, níveis de legitimidade.

Com base nessa abordagem, é possível perceber certa proximidade com o debate da chamada escola de pensamento da “velha economia institucional” que o professor Geoffrey Hodgson, da Universidade de Hertfordshire, vem desenvolvendo em seus artigos a partir da influência direta do pensamento de Thorstein Veblen, uma figura acadêmica estadunidense do início do século XX, cujas contribuições no campo de estudos sobre o consumo foram muito importantes (Hodgson, 2002b, 2003b, 2004h, 2007a). De todo modo, essa é uma leitura e reflexão ainda em aberto, que é apontada aqui como um desafio para futuros debates no campo da teoria das práticas.

Porém, para compreender melhor esse proces-

so de objetivação e institucionalização das práticas do comer, faz-se necessário explicar sobre alguns conceitos-chave que o autor trabalha, como “habituação” e “repetição”.

O autor destaca que a deliberação consciente na vida diária das pessoas é exagerada e que o nível pessoal de controle e as iniciativas possíveis do indivíduo são superestimados. Desse modo, o comportamento das pessoas em relação ao comer é muito mais habitual do que uma escolha deliberada, sendo, muitas vezes, exercido em um estado de distração, pondo-as vulneráveis a processos de persuasão. Assim, o julgamento das pessoas é seriamente afetado pela companhia ou pelos artefatos materiais e as mensagens textuais que as cercam.

Para o autor, hábitos referem-se com frequência a uma forte conexão entre o comportamento passado e o presente, e podem ser mostrados em um modelo de “caminho dependente”, que tem um efeito forte sobre os resultados comportamentais, particularmente em situações estáveis. Porém, o ambiente oferece “pistas” que ocasionalmente servem como “gatilhos” para o comer, pois podem transmitir símbolos, demonstrar ações de outras pessoas ou ainda apresentar configurações materiais de objetos, que podem desencadear determinadas práticas. Assim, o ambiente, ou seja, onde comemos, com quem comemos e o que comemos influenciam o comer, tanto quanto o próprio hábito da pessoa, como o horário, a quantidade servida, a maneira (rápido, devagar, mastigando, engolindo etc.), dando, ao final, pouca “soberania” ao indivíduo, pois os procedimentos “incorporados” são particularmente poderosos e automáticos.

Essa prova pode ser percebida quando observamos que há pouco controle social das autoridades em relação ao padrão alimentar, mas tais práticas demonstram certa convergência em determinada sociedade ou grupo. Assim, hábitos incorporados, rotinas e normas estabelecidas são fatores particularmente enfatizados pela teoria das práticas, pois são elementos importantes que afetam amplamente

a população, conduzindo o comer para além do controle individual, como geralmente é atribuído pela teoria da escolha racional.

Nesse ponto, o autor inspira-se em argumentos próximos ao campo da psicologia para exemplificar o comportamento dos indivíduos em relação ao comer. Por mais que ele mantenha sua postura científica no campo da sociologia, lançando mão das bases teóricas de Giddens e Bourdieu, como se verá a seguir, algumas conclusões pressupõem certa inabilidade mental dos indivíduos em lidar com situações adversas, ou mesmo os transformam em reféns das situações e dos contextos sociais. Ou seja, retiram o poder que as estruturas exercem sobre os agentes, exagerado nas abordagens culturalistas, assim como retiram a autonomia completa do indivíduo, também exagerada nas análises da escolha racional, porém os tornam reféns dos contextos sociais, delimitando sua capacidade em se livrar dessas “amarras”, muitas vezes pela própria limitação cognitiva.

Nesse sentido, o autor argumenta ainda que, para que seja adquirido um hábito, deve antes ter havido um processo de “repetição” de determinada prática. Assim, a estrutura diária que melhor captura esse fenômeno é a rotina, pois geralmente está associada ao uso do tempo, tanto em termos pessoais como coletivos, imprimindo ritmo e repetição, frequência e predição, configurando-se em uma organização sequencial prática da performance. Todavia, para que a ação se concretize, é necessário que haja uma “inclinação” prévia em realizá-la, que é dada pela “disposição”, que, por sua vez, é apreendida ao longo da trajetória de vida do indivíduo.

Como ressaltamos, Alan Warde, com base nessa lógica, cria uma “armadilha mental” ao indivíduo, em que suas opções estão contidas muito mais na trajetória de vida, seu “caminho dependente”, do que no contexto social em si, que em última análise possui quase que exclusivamente um papel de “gatilho”, ou seja, um estímulo que irá despertar algo pré-programado no indivíduo. Essa interpretação é

muito próxima do conceito de *habitus* de Bourdieu (2011), porém já criticada por outros autores, como Lahire (2005, 2003, 2002), que argumenta que, quanto mais plural e diferenciado for o mundo social onde o sujeito se encontra, mais heterogêneas serão suas práticas sociais, variando conforme o contexto social no qual será levado a evoluir. Assim, é possível perceber que importa também avançar em outros conceitos, como o de *habitus*, que incidem sobre o sujeito e sua relação com o entorno, aspecto-chave para a própria teoria das práticas.

Warde argumenta que as pessoas aprendem mediante a exposição e a repetição de um conjunto de procedimentos particularmente consistentes, compartilhando o mesmo entendimento sobre uma determinada prática, que opera por meio dos sedimentos de “disposições”, que, por sua vez, funcionam em conjunto com uma sequência seletiva de condutas eficazes em face das sempre alternadas e adversas situações em que essas mesmas pessoas possam se encontrar. O autor cita alguns exemplos de mudanças, como a troca de emprego, o casamento (principalmente entre pessoas de países distintos) e a chegada de um(a) filho(a). Porém, percebe-se que as mudanças, para o autor, se concentram em casos mais demarcados no tempo e no espaço, muito associados a eventos de ruptura. Falta-lhe um olhar mais gradual de mudança e evolução que aproxime o sujeito, com suas “camadas de disposição”, ao contexto social em que transita suas práticas, que poderia ter como fonte de inspiração os próprios trabalhos etnográficos de Bernard Lahire.

O autor conceitua o comer como uma “prática composta” por outras práticas integrativas, que geralmente estão codificadas em manuais de nutrição, de cozinha, de etiqueta etc. Cada prática integrativa é regida por uma lógica particular, como, por exemplo, a etiqueta, que possui suas regras de condutas próprias, vindo a influenciar sobre o que se come, onde se come, como se come e com quem se come. Porém, o ato de comer não é definido somente por

essa prática integrativa de etiqueta, mas também é composto por outras práticas, como a redação dos manuais de cozinha, ou mesmo a definição da composição do menu, ou ainda a origem e a forma de produção do próprio alimento.

Apesar de um conceito “novo”, o autor não avança muito em suas explicações, o que torna essa interpretação sobre as “práticas compostas” pouco consistente. O fato de que o comer é uma prática complexa é facilmente admissível; entretanto, a partir daí, caracterizá-la como uma prática composta por outras práticas integrativas, sem descrever em uma análise mais acurada o que isso realmente representa, torna um pouco frágil essa reflexão para a teoria das práticas. Em última análise, várias outras práticas integrativas, se não todas, seriam também caracterizadas como “práticas compostas”. O autor deveria analisar as origens das práticas integrativas que compõem o comer sob outra perspectiva, talvez institucional, buscando não criar um termo conceitual, mas inspirar-se em outra abordagem, já que a própria antropologia tem se limitado nessa busca, como o próprio autor critica em seu livro.

Ao adentrar o debate sobre ambiente e cultura, Warde busca analisar os mecanismos de direção que guiam as condutas dos indivíduos. Para ele, a cultura é propriedade pública, em vez de um corpo organizado de conhecimento, à qual as pessoas estão expostas na rua, em suas casas, em shoppings, através de signos, conceitos e artefatos. Alguns espaços públicos são particularmente relevantes para o comer, como a mídia, a internet, os livros, a partir dos quais grande parte dos “sinais” são “transmitidos”. Assim, o ambiente é um espaço com uma grande quantidade de “placas de sinalização” ou mecanismos de direção que guiam essas práticas. Nesse ponto, as análises do autor são muito esclarecedoras, pois evidenciam as formas com que são disseminadas as práticas integrativas que irão influenciar o comer, com base na compreensão da cultura como um elemento disperso no ambiente, e não imanente a cada indivíduo ou grupo.

No que diz respeito ao exercício das práticas, ou seja, à ação que os indivíduos realizam, segundo o autor, eles o fazem não primeiramente consultando um *stock* de conhecimento e deliberando sobre isso, mas por meio de uma sequência automática e ensaiada de respostas em razão de “pistas” disponíveis em uma configuração familiar que gera ações práticas fluentes. Isso incorre no fato de que a capacidade de inovação dos atores tem sido superestimada, e que o poder e a agência não necessariamente precisam ser confundidos com reflexividade nem podem ser reduzidos ao empoderamento individual. Assim, deve-se prestar atenção nas disposições dos agentes, nos procedimentos de comando e nas pistas sobre as rotinas e as convenções em ambientes de cultura pública, que atuam como “gatilhos” para as práticas do comer. Nesse ponto, há uma importante contribuição do autor ao nos “conduzir” a uma leitura crítica sobre o conceito de “reflexividade” e os conceitos que derivam dele, como modernidade, sociedade de risco, e outros (Giddens *et al.*, 2012; Giddens, 2013, 1991). Porém, segue no risco inevitável de cair na chamada “armadilha mental”, que problematizamos anteriormente, ou mesmo de tornar o indivíduo “refém” do contexto social, um antigo dilema no campo sociológico a respeito da relação “estrutura *versus* agência”. No entanto, a teoria das práticas propõe-se a avançar nas suas reflexões tendo como unidade de análise o fazer, mais do que o pensar, dos indivíduos. Assim, busca escapar a essa dualidade. Mas talvez isso seja inevitável, principalmente quando se busca discutir os processos que precedem as próprias práticas, como as ações.

Na terceira e última parte, Warde apresenta uma síntese das reflexões que desenvolveu ao longo do livro. Do ponto de vista científico, o comer poderia ser analisado segundo três componentes: ocasião social (evento), seleção do que comer (menus) e o processo de “incorporação” (dietas, distúrbios alimentares, saúde e suas relações com autodisciplina e autocontrole). A respeito dos elementos analisados

pela teoria das práticas, o autor aponta como fundamentais: habituação, razões práticas, rotinas, convenções, deliberação limitada, fluência, sequência de ações e disposição. De todo modo, os espaços em que emergem as práticas do comer são explorados e estruturados por meio dos mecanismos de intermediação cultural, como a mídia, a internet e os livros de culinária. No tocante aos limites que tais aspectos observáveis podem representar, como a evolução nos padrões alimentares, os processos de emulação/diferenciação social e o demasiado foco nos padrões estéticos que apresenta, ainda oferecem uma importante contribuição quanto à construção do comer como um objeto científico, ou seja, um fato social.

As pessoas geralmente não refletem ou delibaram em profundidade sobre suas práticas sociais, entre elas o comer, realizando-as de forma fluente e muitas vezes sem hesitar, ou seja, gastam pouco tempo refletindo sobre o seu comportamento diário. Todavia, a teoria das práticas não nega a individualidade, mas frisa fortemente, embora muitas vezes não seja reconhecida pelos indivíduos, o poder e a relevância da “incorporação” e da “automaticidade”. Aqui, como observamos anteriormente, as análises do autor tangenciam a fronteira do campo de conhecimento da psicologia, o que pode ser um pouco temerário para as análises sociológicas, pois pode vir a individualizar um padrão social, ou mesmo generalizar um padrão individual.

Ao final do livro é apresentada uma abordagem da teoria das práticas sobre o tema *eating out*, o qual o autor vem se dedicando a pesquisar nas últimas décadas. Sua principal contribuição foi compilada no livro *Eating out: social differentiation, consumption and pleasure* (2000), escrito com Lydia Martens. O argumento central em relação aos dados dessa pesquisa é que as performances do “comer fora” são negociadas no local onde se come, entre as pessoas que estão juntas, ou mesmo entre quem come e quem oferece a comida, não sendo, assim, resultado de uma escolha individual irrestrita, ou mesmo um compor-

tamento ou uma decisão tomada refletidamente. É, no entanto, algo semelhante a uma instituição prática, reconhecida em relação às convenções competentes dos atores que são habilitadas para orientar suas performances sociais. Em resumo, como qualquer outra prática social, o “comer fora” compartilha entendimentos, procedimentos comuns, um conjunto de convenções que governam as performances, os padrões e as justificativas, ao mesmo tempo que frisa que tais práticas variam entre os grupos sociais, a classe social, a etnicidade e o gênero.

Como fechamento do livro aqui resenhado, Warde explica que o maior desafio para essa teoria é compreender as relações que há entre as diferentes práticas. Para tanto, faz-se necessário identificá-las como uma unidade de análise meso, valendo o conceito de “práticas compostas”, especialmente em relação ao comer, como resultados tanto das pressões evolucionárias internas como das pressões que emergem do ajustamento de outras práticas adjacentes, ou mesmo, algumas vezes, distantes.

Apesar das limitações do próprio conceito de “práticas compostas”, como já observado, o esforço do autor foi importante ao tentar problematizar o comer, já objetivado, a partir de um campo interdisciplinar, com interface nas diferentes áreas do conhecimento. A opção pela teoria das práticas parece bastante promissora nessas análises, porém alguns aspectos conceituais-chave devem ser mais bem discutidos, especialmente os que dizem respeito aos hábitos e às rotinas, buscando avançar nas contribuições já dadas por Bourdieu e Giddens. Nesse sentido, ainda, a busca por outras abordagens, também interdisciplinares, ajudaria nas reflexões em torno desses dois conceitos-chave mencionados, como as institucionalistas, especialmente por meio da escola de pensamento da “velha economia institucional”.

Em síntese, Warde busca avançar na consolidação de um aporte teórico para os estudos sobre alimentação, especialmente sobre o comer, com base na teoria das práticas. Não obstante, procura também definir

o comer como objeto científico, a partir dos espaços (eventos), das escolhas (menus) e do corpo (“incorporação”). A tentativa de uma “adaptação” da teoria das práticas aos estudos sobre o comer é válida, pois apresenta uma análise de médio alcance, que dialoga com diferentes áreas de conhecimento, deslocando o “olhar” sobre os indivíduos ou seus coletivos para a unidade básica de análise da ação, ponto bastante limitado nas teorias antropológicas e bastante controverso na teoria da escolha racional. Desse modo, o livro apresenta um desafio e ao mesmo tempo uma alternativa. Um desafio ao utilizarmos esses conceitos em estudos empíricos, testando sua capacidade de explicar a realidade. Uma alternativa, pois nos oferece uma abordagem que emerge da crítica à teoria da escolha racional e à teoria culturalista, sendo essa última ainda dominante nos estudos sobre o consumo, como é percebido por Mintz (2001).

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, L. (2007), “Arroz com feijão e feijão com arroz: o Brasil no prato dos brasileiros”. *Horizontes Antropológicos*, 28: 87-116.
- BOURDIEU, Pierre. (1998), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (2011), *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, Zouk.
- DOUGLAS, M. (2010), *Pureza e perigo*. 2. ed. São Paulo, Perspectiva.
- ELIAS, N. (1995), *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FISCHLER, C. (1995), “Las funciones de lo culinario”. In: _____. *El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo*. Anagrama, Barcelona, pp. 61-87.
- GIDDENS, A. (1991), *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora da Unesp.
- _____. (2013), *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. *et al.* (2012), *Modernização reflexiva*. São Paulo, Editora da Unesp.
- GUIVANT, J. S. *et al.* (2010), *Novas práticas alimentares no mercado global*. Florianópolis, Editora da UFSC.
- HERNÁNDEZ, J. C. & ARNAÍZ, M. G. (2005), *Alimentación y cultura: perspectivas antropológicas*. Barcelona, Ariel.
- HODGSON, G. (2002), “The evolution of institutions: an agenda for future theoretical research”. Disponível em <http://www.geoffrey-hodgson.info/user/image/evolinstagenda.pdf>, consultado em 10/7/2014.
- _____. (2003), “The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory”. Disponível em <http://www.geoffrey-hodgson.info/user/image/hiddenpersuaders.pdf>, consultado em 3/7/2014.
- _____. (2004), “Reclaiming habit for institutional economics”. Disponível em <http://www.geoffrey-hodgson.info/user/image/reclhabitinstecon.pdf>, consultado em 5/7/2014.
- _____. (2007), “Institutions and individuals: interaction and evolution”. Disponível em <http://www.geoffrey-hodgson.info/user/image/instindiv.pdf>, consultado em 15/7/2014.
- LAHIRE, B. (2002), *Homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (2003), *O homem plural: as molas da ação*. São Paulo, Piaget.
- _____. (2005), “Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49: 11-42.
- LÉVI-STRAUSS, C. (2011), *O cru e o cozido: mitológicas I*. São Paulo, Cosac Naify.
- MENNELL, S. (1985), *All manners of food: eating and taste in England and France from the middle ages to the present*. Londres, Basil Black-Well.
- MILLER, D. (2011), *Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores*. Barueri, SP, Nobel.
- _____. (2013), *Trecos, troços e coisas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MINTZ, S. (2001), “Comida e antropologia: uma breve revisão”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16 (47): 31-41.
- MURCOTT, A. (1983), *The sociology of food and eating*. Gower, Aldershot.
- PORTILHO, F. (2005), “Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das

- práticas de consumo”. *Cadernos Ebape.BR (FGV)*, III: 1-12.
- RECKWITZ, A. (2002), “Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing”. *European Journal of Social Theory*, 5 (2): 243-263.
- SCHATZKI, T. (2001), “Introduction: practice theory”. In: SCHATZKI, Theodore *et al.* *The practice turn in: contemporary theory*. Londres, Routledge.
- WARDE, A. (2005), “Consumption and theories of practice”. *Journal of Consumer Culture*. 5 (2): 131-153.
- _____ & MARTENS, L. (2000), *Eating out: social differentiation, consumption and pleasure*. Nova York, Cambridge University Press.

Texto recebido em 6/6/2016 e aprovado em 7/6/2016.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2017.116091.